
A militância política de José Mário Branco entre 1961 e 1981

The Political Activism of José Mário Branco from 1961 to 1981

Carlos Maurício



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/14817>

DOI: 10.4000/142nu

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 24 de março de 2025

Paginação: 149-171

ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica

Carlos Maurício, «A militância política de José Mário Branco entre 1961 e 1981», *Ler História* [Online], 86 | 2025, posto online no dia 05 junho 2025, consultado o 08 junho 2025. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/14817> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/142nu>



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

A militância política de José Mário Branco entre 1961 e 1981

Carlos Maurício

Iscte-IUL, Portugal

carlos.mauricio@iscte-iul.pt

149

Este artigo analisa a militância política de José Mário Branco no período enformado pelas ideias e pela *praxis* do marxismo-leninismo, bem como o começo do seu afastamento desse universo. Este período inicia-se com o recrutamento pelo PCP, de onde rapidamente transita para grupos maoístas, e termina com o seu afastamento da UDP. Entre 1974 e 1976, a sua militância partidária confluiu e emparelhou mesmo com a sua atividade de cantor revolucionário. O seu percurso é elucidativo da atração exercida entre as pessoas nascidas nos anos 40 e 50 do século XX pelos ideais do maoísmo e da sua rápida erosão na segunda metade dos anos 70. Contrariamente, porém, à maioria, que se afastou da participação política, José Mário Branco manteve-se ativo no domínio da canção política, empenhando-se intermitentemente em atividades partidárias no âmbito de formações da esquerda radical.

Palavras-chave: José Mário Branco, 25 de Abril, maoísmo, Partido Comunista Português (Reconstruído)

Abstract (EN) at the end of the article.

Embora José Mário Branco (JMB) seja sobretudo conhecido como cantor de intervenção, ele desenvolveu uma militância partidária intermitente, a par de uma regular intervenção cívica. Se a sua atividade musical começou a ser já objeto de trabalhos académicos (Andrade, Branco e Castro 2021), a sua atividade política, que se dispersa entre 1961 e 2009, está inteiramente por estudar. É isso que este trabalho se propõe fazer, centrando-se no período em que JMB abraçou o marxismo-leninismo, ideologia comum ao PCP e aos chamados grupos maoístas. A cisão sino-soviética foi o acontecimento mais marcante na história do movimento comunista internacional após a Revolução Bolchevique (Lüthi 2008). Ela afetou todos os países onde existiam partidos comunistas, mas teve um impacto reduzido em Portugal (Pereira 2008; Madeira 2016). Em dissidência com o Partido Comunista Português (PCP), foi fundado, em 1964, o primeiro grupo pró-chinês entre exilados em Paris, no qual JMB militou. O grupo foi praticamente desfeito em dois anos e apenas no início da década de 70 surgiram novos grupos com maior dinamismo.

Estes grupos maoístas – que, mais corretamente, deveriam ser designados como marxistas-leninistas (doravante, M-L) – comungavam da ideia de que a etapa da revolução socialista em Portugal seria democrática e popular (Cardina 2010; Pereira 2013). Por isso, o 25 de Abril foi por eles olhado com desconfiança, mas também como uma oportunidade para avançar no derrube violento do sistema capitalista. Esta crença mobilizou praticamente todos os grupos até que, depois do 25 de Novembro, principiou a verificar-se uma crescente dissonância entre os seus desejos e a realidade de progressiva estabilização do regime democrático e de uma economia de mercado livre do espartilho corporativista em Portugal (Cordeiro 2017; Madeira 2020; Costa 2022). Comparativamente ao mundo ocidental, em Portugal o movimento M-L eclodiu ligeiramente mais tarde e mais débil, mas, mercê da dinâmica do 25 de Abril, resistiu mais tempo à desagregação, que acabou por suceder (Alexander 2001; Costa 2022). JMB viveu intensamente o ocaso desse projeto de transformação radical da sociedade.

Música de intervenção, ou de protesto, é uma categoria que engloba as canções compostas com o objetivo de denunciar problemas sociais ou políticos e de incitar à luta por mudanças. Nos continentes europeu, americano e asiático é possível encontrar este tipo de canções em diferentes épocas da Idade Contemporânea. Se o seu aparecimento em Portugal remonta ao pós-II Guerra Mundial, é com a guerra colonial que esta categoria começa a adquirir a sua maior expressão (Castro 2019, 8-23). Sendo o francês a principal língua estrangeira aprendida em Portugal, a penetração do que se produzia em França viu-se muito facilitada, para mais quando vários cantores estavam exilados lá, como Luís Cília, JMB, Francisco Fanhais ou Sérgio Godinho (Caeiro 2012, 92-194). A canção de intervenção atingiu o apogeu em Portugal nos anos imediatos ao 25 de Abril, mas o modelo encontrava-se praticamente esgotado na abertura dos anos 80. JMB viu-se assim confrontado com um duplo desafio: refazer o seu modo de entender e estar na música e rever as crenças e a *praxis* políticas que tinha abraçado durante duas décadas. Fiéis ao nosso propósito, este artigo questiona: o que conduziu JMB à militância política e que ideias o moveram? O que o fez afastar-se, a partir de 1977, das ideias que o moveram no auge do PREC e da atividade partidária? De que modo isso esteve relacionado com as suas circunstâncias pessoais e os contextos políticos? Em que medida o estudo do seu caso permite lançar luz sobre um fenómeno mais vasto como é o da reconfiguração da esquerda maoísta/M-L no Portugal democrático?

Da intermitente carreira política de JMB, este artigo estuda a primeira fase, caracterizada pela identificação com os princípios do marxismo-leninismo e os valores regendo os partidos comunistas leninistas e o início da

desidentificação com eles (1961-1981). O facto de o ciclo iniciado pelo 25 de Abril e encerrado com a saída de JMB da UDP ser o período mais intenso dessa militância leva o artigo a centrar-se sobre ele. A primeira parte acompanha a transição do jovem ativista católico para militante estudantil do PCP. Exilado em Paris, para escapar à incorporação no exército colonial, JMB encontrou no ideário do primeiro grupo pró-chinês a explicação para as discordâncias que já trazia relativas ao PCP. Vem desta fase a sua adesão à ideia de Revolução Democrática Popular contraposta à Revolução Democrática Nacional teorizada por Álvaro Cunhal. A desagregação desta segunda formação coincide com a descoberta da sua vocação de músico de intervenção. Mercê de um conjunto de circunstâncias, veio a conseguir profissionalizar-se no início dos anos 70 (Andrade, Branco e Castro 2021). A segunda parte examina o percurso de JMB desde o regresso do exílio até ao início do afastamento da ideologia M-L. Nesse período militou em organizações que entroncavam parcialmente nas orientações do primeiro grupo no exílio. A terceira parte inicia-se com o afastamento definitivo do M-L. Questionando o carácter de revolução do 25 de Abril, dissociando a ideia de revolução da tomada do poder de estado, e contestando a necessidade de um partido de vanguarda, JMB aderiu à ideia reichiana (de Wilhelm Reich) de uma revolução começada no interior de cada um. Não mudou, porém, no desafeto pela democracia liberal, na crítica à economia de mercado, nem na tentação de voltar a desempenhar, pontualmente, um papel ativo em partidos ou formações da esquerda radical.¹ Na última parte, sintetizam-se os principais contributos do artigo.

1. Da militância no PCP à dissidência maoísta no exílio

Nascido em 1942, no Porto, a militância política de JMB principiou no PCP, mas foi moldada pelo corte, aos 22 anos, com esse partido para ingressar no primeiro grupo “pró-chinês”, em Paris. Tal como ele, quase todos os maoístas portugueses nasceram entre 1940 e 1957.² Três importantes dinâmicas marcaram as suas vidas: a guerra colonial, forçando alguns ao exílio, o lento estertor do Estado Novo, e o 25 de Abril e o PREC. A sua infância e adolescência foram passadas numa família “de pais zangados”,

¹ O material arquivístico consultado para este artigo reparte-se entre o Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) e o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (MARL). Agradeço a Eduardo Pires ter-me facultado o acesso à carta de JMB (1977) na sua posse.

² No partido em que JMB militou, a distribuição etária, em 1977, era a seguinte: 70% dos militantes nascidos entre 1948 e 1957, 22% nascidos antes de 1947 e 8% após 1957. Veja-se *Breve análise dos recenseamentos de Nov76 e de Dez77* (1977). CD25A. PCP (R). Estruturas. Comité Central.

vivendo juntos, o que foi traumatizante. Esse ambiente levou-o a procurar refúgio na aprendizagem da música, na poesia e na religião. Católico praticante, ia à missa todos os domingos, comungava, tinha um diretor espiritual e frequentava retiros espirituais. Chegou a ser dirigente local da Juventude Escolar Católica e ponderou até tornar-se padre para se dedicar “por inteiro à militância contra a pobreza” (Branco 1998, 1999). Em 1958, apoiou a candidatura do general Humberto Delgado. Mas depressa percebeu que a igreja católica, hostil ao candidato, era cúmplice do regime, pelo que, passado algum tempo, se afastou dela. Mais tarde, declarou-se “agnóstico”.

O seu ativismo existencial levou-o a aderir então ao PCP (Branco 2008). Recrutado por volta de maio de 1961, o seu trabalho limitou-se à criação da Pró-Associação dos Liceus, no Porto (Andrade, Branco e Castro 2021, 218-219). Em abril de 1962, foi preso junto com cerca de 300 camaradas, na sequência da denúncia do responsável pelo setor estudantil, que se tornara informador da PIDE. Ao fim de um mês de torturas, confirmou a ligação ao PCP, com a consciência de que isso “era gravíssimo. Mas não tinha razões nenhuma para não assinar”, pois a PIDE conhecia tudo sobre a atividade dos detidos. Esta denúncia, vinda de um quadro superior, abalou porém a sua confiança no partido. Este não o afastou, mas colocou-o “de quarentena”, por ter confirmado declarações e por estar “queimado”. Iniciada a guerra colonial, JMB discordou da orientação do PCP de enviar os militantes para fazerem trabalho político entre os soldados. O exemplo dos comunistas franceses, em que militantes torturavam argelinos, atestava a falácia desse género de trabalho (Branco 1999, 2017). Pouco antes da incorporação, fugiu para França, em junho de 1963, contra a vontade do partido. Em Paris, voltou a ser reintegrado numa célula. Mas se a postura do partido acerca da participação dos militantes na guerra lhe tinha provocado algum distanciamento, a saída só ocorreu nos primeiros meses de 1964. Em Paris, JMB reencontrou velhos camaradas, como Rui d’Espiney, Manuel Claro ou Humberto Belo, que, descontentes com o partido, acabaram por integrar o núcleo dirigente inicial do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP). Quando o PCP proibiu JMB de confraternizar com os dissidentes pró-chineses, recusou afastar-se destes. O partido deixou então de o convocar para as reuniões de célula (Branco 1999, 2017; Cardina 2010, 59).

O CMLP reproduzia as críticas dos dirigentes comunistas chineses aos soviéticos e advogava a luta armada contra o regime português. Foi formado em Paris, em março de 1964, sob o impulso de Francisco Martins Rodrigues. Por acusar o PCP de seguir uma linha de conciliação com a burguesia liberal e de persistir na via pacífica para derrubar o regime, Martins Rodrigues foi afastado, em agosto de 1963, da Comissão Executiva, numa tensa reunião

do Comité Central, em Moscovo, e enviado para Paris, onde chegou em outubro (Pereira 2008, 136-140, 148-160). Em reuniões com militantes nessa cidade, cedo se apercebeu da existência de várias críticas à orientação do partido. Aproximando-se de Manuel Claro e de Humberto Belo, ficou a saber que Rui d'Espiney e João Pulido Valente, então no Secretariado da Junta da Ação Patriótica dos Portugueses de Argel, se encontravam também em dissidência. Entrando em contacto com eles, ambos aderiram à organização em construção, formando uma célula na capital argelina (Martins 2013, 317, 346, 352-355, 454). Muito provavelmente, JMB ingressou no CMLP pela mão de Manuel Claro ou de Humberto Belo. Creio, porém, que o fator a pesar mais na entrada de JMB no CMLP terá sido o próprio Martins Rodrigues – “o ideólogo, o gajo que estava a abrir portas ao raciocínio” – em cujas capacidades teóricas JMB (2017) depositava grande confiança.

A militância de JMB no CMLP estendeu-se dos primeiros meses de 1964 ao início de 1966. A sua atividade decorria sobretudo na União dos Estudantes Portugueses em França (UEPF), onde os jovens mais radicalizados começavam a contestar a direção, próxima do PCP. Após duas derrotas nas eleições para os seus corpos gerentes, a facção “pró-chinesa” decidiu afastar-se e investir na criação da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular, de orientação antifascista, não marxista, procurando pôr aí em prática as ideias defendidas na UEPF (Andrade, Branco e Castro 2021, 222-223). No começo de 1965, JMB principiou a aprender a tocar viola, começando a compor e a cantar. No final do ano, já tocava nos espetáculos do Grupo de Teatro da Liga, levados à cena nas associações de emigrantes. Mais tarde, participou em sessões que o grupo Teatro Operário, do seu amigo Helder Costa, fazia em bairros de lata e *foyers*. Essas sessões tinham um claro propósito de consciencialização política. Cantava 20 ou 40 minutos e ficava depois três horas a falar com as pessoas (Branco 1999).

A prisão dos três dirigentes do CMLP, que haviam entrado clandestinamente em Portugal, levou à quase desagregação do grupo, nos começos de 1966 (Madeira 2016). JMB (2017), que sentiu essa prisão como um rude golpe, deixou simplesmente de comparecer às reuniões. Durante a segunda metade da década de 60 operou-se nele uma profunda transformação. Dos escombros da sua militância política *tout court* emergiu um cantor de intervenção, que, vencendo obstáculos, acabou por se profissionalizar no início dos anos 70. Em entrevista realizada em Paris, em 1971, mas só radiodifundida após o 25 de Abril, JMB declarava ser um artista empenhado, para quem só fazia “sentido ser cantor para se ser solidário” com as lutas contra o regime e a guerra em África. Simultaneamente, confessava-se “uma

pessoa desiludida e amarga em relação à luta política”, não escondendo a decepção com a passagem pelo PCP e pelos “pequenos grupos revolucionários” (Branco 1984 [1971]).

Alheado das organizações M-L, o cantor não enjeitava colaborar em realizações quer ligadas ao PCP (M-L),³ quer ligadas a *O Comunista*, fundado por Hélder Costa. As peripécias da sua participação nos *I Jogos Florais da Emigração Portuguesa* (9-11 de junho de 1973), organizados pelo jornal *O Salto* e pelo Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, ligados ao PCP (M-L), iriam confirmar-lhe o acerto da sua desconfiança face aos grupos. Tendo o júri de música atribuído o primeiro prémio à sua *A cantiga é uma arma*, o líder do partido, “Vilar”, tratou de alterar a composição do júri para que o prémio viesse a caber à *Canção final dos trabalhadores*, interpretada por um membro do partido (Cardina 2010, 290-291). Coube à redação de *O Salto* justificar por que motivo a canção de JMB não merecera o primeiro prémio (números de julho e de novembro-dezembro). Segundo ela, o poema não “refletia as aspirações das massas populares”, antes as inquietações da intelectualidade e da pequena-burguesia.

Sem militância partidária a partir de 1966, JMB manteve-se fiel, no exílio, às ideias do CMLP. Entre elas, a de que a luta armada era fundamental para derrubar a ditadura ou a rejeição da tese da transição pacífica para o socialismo (Branco 1980, 2017). Abraçou também a via da Revolução Democrática e Popular, contraposta pelo CMLP à Revolução Democrática e Nacional, do PCP. A passagem por este partido, reavaliada à luz da sua militância M-L, sedimentou nele, para o resto da vida, uma postura crítica face à cultura organizativa do PCP e à sua orientação política, por ele entendida como uma ação destinada a impedir os trabalhadores de irem mais longe nas lutas, quando não “em conter, em evitar a revolução” (Branco 1984 [1971]). Disse, assim, que a revolta do Maio de 68 se desvaneceu em menos de dois meses devido à ação do governo e sua polícia, mas também dos comunistas franceses. O Partido Comunista Francês não escapou, pois, à sua crítica. Em 1969, foi expulso de um palco secundário na Festa do *L' Humanité*, por criticar o pouco empenho desse partido em fazer a revolução: “Le vrai révolutionnaire n’est pas celui qui n’ sait qu’ dire non / Le vrai révolutionnaire est c’lui qui fait la révolution” (Silva 2000, 3). Mais tarde, ao referir-se ao PCP, falou da sua “ortodoxia cinzenta” e de ser “muito parecido com o fascismo” (Branco 1996).

³ O PCP (M-L), sob a direção de Heduíno Gomes (“Eduíno Vilar”), era o grupo herdeiro do CMLP. A mudança de designação ocorreu em 1970, em Paris. Veja-se Cardina (2010, 83-86).

2. Ao serviço do partido e da Revolução Democrática Popular

Quando, a 30 de abril de 1974, aterrou na Portela, JMB era já um cantor de intervenção bem conhecido junto de um público letrado, predominantemente urbano, nascido no pós-guerra e opositor do Estado Novo. Esse prestígio principiara a construir-se, em novembro de 1971, com a inédita operação de *marketing* do administrador da Sassetti, que pôs o programa *Página um* (na Rádio Renascença) a acompanhar em direto, do então Cinema Roma, a estreia integral de *Mudam-se os tempos*. O *Diário de Lisboa* não hesitava em afirmar que, com JMB, “a Música Portuguesa... atinge definitivamente a Maioridade” (Santos e Letria 1971, 7). Foi, por isso, encarado com naturalidade que, acabado de chegar de França, JMB organizasse uma reunião com cantores antifascistas para propor a criação de um denominado Colectivo de Acção Cultural (CAC).

Foi ainda JMB quem avançou com um manifesto, gerador de alguma discussão, pois a primeira secção terminava com as cinco bandeiras da Revolução Democrática Popular – Paz, Pão, Terra, Independência, Liberdade –, as mesmas que formavam a linha condutora do *Alerta!*. José Jorge Letria, militante do PCP, recorda-se de ter dito: “Tu estás aqui a propor coisas que politicamente vão obrigar pessoas, como eu, a tomarem uma posição que vai contra a orientação do partido a que pertencemos”; e acrescentava “não nos podes impor uma coisa que é o programa da Frente de Ação Patriótica (sic)” (*apud* Castro 2019, 142). O CAC realizou dois grandes espetáculos – no primeiro dos quais, no Porto, JMB leu o manifesto e cantou o *Alerta!* – e desagregou-se em pouco tempo. Definiram-se então três conjuntos de cantores. Uns na área do PCP, outros sem ligações partidárias e o terceiro encabeçado por JMB, que se passou a designar Grupo de Acção Cultural (GAC) (Castro 2019, 144-146, 161-162, 171). JMB entregou-se totalmente ao projeto, tendo aplicado o dinheiro recebido de direitos de autor na compra de uma carrinha e de aparelhagem para o grupo (Branco 2017).

A aceleração da história vai conduzir JMB a um esforço de sistematização do seu pensamento e *praxis* de artista politicamente comprometido. Uma mudança notória ocorre logo em torno da sua postura. Pouco após o regresso, declarava que a sua atitude deixara de ser individual para passar a ser coletiva. Rescindia, assim, o contrato com a Sassetti para se dedicar inteiramente à criação e produção num coletivo (Branco 1974). Consequentemente, o JMB dos álbuns gravados em França não tinha “razão nenhuma para continuar a trabalhar como outrora. Por isso mudou, mesmo” (Branco 1975). Tratou então conscientemente de fazer “desaparecer o mito”, “desaparecer a vedeta”. Este gosto pelas atividades em grupo manifestara-se já

nos retiros espirituais. Após o afastamento do GAC, voltou a manifestar-se na Comuna e no Teatro do Mundo (Branco 1998). Trabalhar em grupo transmitia-lhe segurança.

Se em meados de 1974 JMB criava o GAC – onde depressa se tornou funcionário –, um novo período de militância partidária tinha início no mesmo mês. A sua grande preocupação, na manifestação do Primeiro de Maio, era reencontrar Francisco Martins Rodrigues. Esse reencontro levou-o, pouco depois, ao Comité de Apoio à Reconstrução do Partido M-L (CARP-ML), um pequeno grupo reunindo os três líderes históricos do CMLP, que pretendia concluir a tarefa inacabada de 1964.⁴ Na verdade, a autoproclamação, em 1970, do CMLP como partido não convencera a maioria dos militantes M-L, continuando a surgir novos grupos (Cardina 2010, 83-96). O CARP-ML depressa se revelou o polo aglutinador do processo de unificação de quatro grupos M-L que proclamavam a necessidade de reconstrução do “verdadeiro partido”. Mas, desde logo, a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP) pretendeu disputar-lhe esse papel (Madeira 2020, 44-54).

Pelo final de 1974, divergências inultrapassáveis entre as quatro organizações conduziram à formação de duas plataformas para disputar as eleições para a Assembleia Constituinte. De um lado, a União Democrática Popular (UDP), apoiada pelo CARP-ML, Comités Comunistas Revolucionários M-L e Unidade Revolucionária Marxista-Leninista; do outro, a Frente Eleitoral de Comunistas M-L, apoiada pela OCMLP.⁵ O GAC decidiu, então, por maioria, apoiar a UDP. A formação do partido foi publicamente dada a conhecer numa sessão de “canto popular”, a 18 de dezembro de 1974, com JMB a convidar o GAC e o coro da Juventude Musical Portuguesa para atuarem. O alinhamento partidário do GAC iria provocar alguns afastamentos (por exemplo, Fausto) e cisões (Castro 2019, 265-271). Pouco depois, ao ser convidado a participar no Festival da Canção RTP, JMB apresentou-se com o *Alerta!*. A sua participação no festival – onde cantou para mais de seis milhões de portugueses, a dois meses da batalha eleitoral – tinha como objetivos “mobilizar os trabalhadores para lutar pela democracia popular e pela ditadura do proletariado” e pela “reconstrução de um verdadeiro partido de vanguarda da classe operária”, que havia sido roubado pelos “revisionistas

⁴ Mensagens trocadas via email, WhatsApp e em encontros presenciais com Ricardo Andrade entre 2023-2024.

⁵ Sobre o processo de unificação dos marxistas-leninistas, tendo por objetivo a “reconstrução do Partido Comunista”, veja-se Madeira (2020). Sobre a relação da UDP com os grupos M-L, veja-se Costa (2022, 50-64).

de Cunhal” (Branco 1975). No refrão da canção, à “Democracia popular” acrescentava-se agora “E ditadura proletária”, numa referência à retirada dessa expressão no Congresso Extraordinário do PCP, a 20 de outubro de 1974 (Castro 2019, 274). A total sintonia das canções do GAC com os objetivos das organizações M-L, por detrás da UDP, ficaria de novo patente no *Hino da Reconstrução do Partido*, gravado em apoio aos grupos M-L que se fundiram no final de 1975.

Fora dos círculos da extrema-esquerda, e mercê da sua carreira musical, JMB era o elemento da UDP mais conhecido do grande público. Pelo seu empenho e prestígio, seria eleito para a Comissão Central no I Congresso (9 de março de 1975), onde o seu discurso mereceu o elogio do *Diário de Lisboa*, que o considerou um dos mais importantes do evento.⁶ E voltou a ser eleito para o Conselho Nacional no II Congresso (20-21 de março de 1976). Também o seu nome encabeçou as listas de candidatos às eleições para a Assembleia Constituinte, pelo círculo do Porto, e para a Assembleia da República, pelo círculo da Emigração na Europa. A militância na UDP, a que se acrescentava, pelo menos até meados de 1975, uma intensa participação nas atividades do GAC, não o impediu de ser ainda um dos impulsionadores de um embrião de uma “frente cultural”, sedeadada no Teatro da Comuna. Esta associação, congregando pessoas situadas na área da esquerda revolucionária, mas capaz de estabelecer pontes com intelectuais progressistas não diretamente ligados ao PCP, designou-se Frente dos Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários (FAPIR). À data da sua constituição, abrangia cerca de 300 pessoas, individuais ou integradas em coletivos. A 27 de setembro de 1976, no seu plenário constitutivo, JMB foi eleito para o Secretariado Nacional Provisório (SNP). E fez parte dos sucessivos SNP até à extinção da FAPIR, em finais de 1978.

Os três grupos M-L que tinham impulsionado a UDP conseguiram, entretanto, unificar-se no final de abril de 1975. Da fusão resultou a Organização para a Reconstrução do Partido Comunista M-L (ORPC-ML), que ultrapassou os 700 membros pelo final do ano. JMB militou nesta organização, fazendo parte do Comité Regional Norte,⁷ com funções sempre ligadas à UDP. Quando, no final de 1975, a ORPC-ML se fundiu com o CMLP,⁸ JMB foi um dos 163 delegados do congresso de fundação do Partido

⁶ “I Congresso da UDP: nem Chile, nem reformismo: revolução popular”, *Diário de Lisboa*, 20.03.1975.

⁷ *O Grupismo, o caciquismo e o aventureirismo no C.R. Norte da ORPC* (1976). [Abril?]. CD25A. PCP (R). Estruturas. Comité Central.

⁸ O CMLP, assim denominado em abril de 1975, derivava da retoma do nome original pela facção “Mendes”, resultante da divisão do PCP (M-L), em março de 1974.

Comunista Português (Reconstruído) [PCP(R)]. Este congresso elegeu, para o Comité Central, Francisco Martins Rodrigues (“Bastos”) e Rui d’Espiney (“Gregório”). Contudo, o terceiro líder histórico do CMLP – João Pulido Valente (“Jacinto”) – não integrou o novo partido, porque fora expulso pelo CARP-ML, em abril, na sequência da sua visita na prisão ao amigo e banqueiro Jorge de Brito, sanção depois transformada em afastamento.⁹ Mantinha-se, porém, diretor do semanário *Voz do Povo*, órgão informal da UDP, e continuava a desfrutar de grande simpatia entre os militantes. Mas o 25 de Novembro veio colocá-lo em rota de colisão com a orientação adotada pela ORPC-ML, da qual estava afastado.

Com efeito, os partidos de extrema-esquerda viveram até meados de 1975 inebriados pela ideia de que a Revolução Democrática Popular se perfilava no horizonte. Existia, porém, uma divergência entre os que principiaram a sentir que o perigo principal estava na instauração pelo PCP de uma ditadura “social-fascista”, como afirmavam o MRPP e a OCMLP, e os que entendiam que o campo M-L tinha em si a capacidade de radicalizar o movimento de massas e isolar a atividade sabotadora da revolução posta em prática pelos “revisionistas” do PCP. Estavam neste caso a ORPC-ML (com a UDP) e o CMLP (Madeira 2020, 50-53; Costa 2022, 32-33). Assim, se o 25 de Novembro constituiu para os primeiros a prova de que as suas previsões estavam certas, para os segundos a derrota da ala mais esquerdista das Forças Armadas significou um pesado contratempo na marcha para a revolução (Cordeiro 2017, 18-28). Vários testemunhos mostram que no segundo campo se acreditava que uma ação de força dos setores militares progressistas estava iminente (Fernandes 2012, 192-193, 202-203).¹⁰ João Pulido Valente acreditou que a UDP estava comprometida com a revolta e se acobardara. As contundentes críticas que então fez causaram alguma agitação nas fileiras da ORPC-ML, com reflexos no Comité Regional do Norte e no congresso fundador do partido, onde JMB (“Bernardo”) alinhou com um conjunto de delegados que achavam que Pulido Valente deveria assumir um papel dirigente no partido nascente.¹¹ A vivência com Pulido no CMLP, e no CARP-ML, terá pesado na posição deste grupo, que se viu totalmente isolado no congresso.

9 “Acerca do caso PV. Relatório da Comissão de Inquérito”, *O Partido*, nº 1, Fevereiro, 1976.

10 Mais até do que na história do PCP, o 25 de Novembro foi o verdadeiro ponto de viragem na história da extrema-esquerda em Portugal. Se bem que um dos fundadores do Movimento de Esquerda Socialista tenha referido a existência de um primeiro “golpe militar da UDP, do PRP-BR, do MES e da FSP”, depois superado pela estratégia do PCP, que visava uma alteração da relação de forças, a investigação de Rezola (2017, 51-57) mostra como este evento marcante do PREC continua longe de estar totalmente aclarado.

11 *O Grupismo, o caciquismo e o aventureirismo no C.R. Norte da ORPC* (1976). [Abril?]. CD25A. PCP (R). Estruturas. Comité Central.

Sendo membro da direção da UDP, o PCP(R) confiou a JMB, em conjunto com um economista, a preparação das teses do II Congresso da UDP. Para o efeito, o cantor reuniu-se, em Paris, com o dirigente brasileiro, exilado na Europa, Diógenes Arruda,¹² espécie de “secretário-geral informal” do PCP(R) (Fernandes 2012, 229-233). Para este congresso, JMB escreveu um texto, não assinado, publicado na respetiva brochura, onde contrapôs o “25 de Abril do Povo” ao “25 de Abril dos tubarões” (Faria 2024). Esse texto mostra ter sido JMB (1976b) o criador da expressão “25 de Abril do Povo”, depois apropriada pelo partido durante a campanha de Otelo Saraiva de Carvalho para a Presidência da República. Esta expressão deu ainda nome ao novo programa do PCP(R), sintetizado no lema “governo do 25 de Abril do Povo”.¹³

O problema do porte na prisão era uma questão que ensombrava as conversações entre as organizações M-L, com as críticas a incidirem sobre o CARP-ML (e depois a ORPC-ML) pela ausência de uma atitude firme, evidenciada pelo recrutamento de pessoas com declarações prestadas na PIDE. Assim, o I Congresso do PCP(R) decidiu tomar a questão em mãos, propondo uma comissão de inquérito para averiguar o comportamento dos militantes com passagem pelas prisões do Estado Novo. O inquérito incidiu sobre 72 casos, 36 dos quais foram considerados de “mau porte”. Destes, 29 foram afastados, tendo alguns passado a simpatizantes, sob controlo partidário. Dois foram expulsos, três foram considerados “casos de reabilitação excecional” e dois aguardavam mais averiguações no início de 1977.¹⁴ O inquérito pedia a esses militantes que avaliassem o seu processo de reabilitação. Era também solicitado aos organismos nos quais militavam uma “opinião sobre o comportamento do elemento no dia-a-dia”, a qual não seria, contudo, “determinante nas decisões ou sanções a aplicar”.¹⁵

Ora, a reunião da célula da cultura – célula Bento de Jesus Caraça (BJC) – à qual JMB pertencia, entendeu, pela diferença de um voto, que ele não devia continuar como militante (Moreira 2024). Foi então passado, pelo CC, à condição de simpatizante. Seguidamente, o partido decidiu

12 Mensagens trocadas via email, WhatsApp e em encontros presenciais com Ricardo Andrade entre 2023-2024.

13 O órgão partidário descreveu Otelo como “o combatente pelo novo 25 de Abril do povo”. *Bandeira Vermelha* (1976, 3). Veja-se também *Consolidar a vitória popular e marchar para novas batalhas políticas*. Resoluções da 6ª Reunião Plenária (Ampliada) do CC - Julho 76, p. 3. Sobre este programa político, veja-se Costa (2022, 41-44).

14 *Relatório de Atividade do CC ao II Congresso do PCP(R)* (1977). [Março]. CD25A. PCP (R). Estruturas. Comité Central, pp. 16-17.

15 *Relatório da Comissão de Inquérito à 5ª RPCC* (1976). [Abril?]. CD25A. Pasta CMLP, p. 4.

enviá-lo para o Norte para trabalhar na UDP e no lançamento da FAPIR na região. Tal decisão afetou profundamente JMB, que se sentiu injustiçado. Numa carta ao Comité Executivo queixava-se de ter sido afastado “de modo perfeitamente administrativo, sem o mínimo balanço do [seu] passado político” (Branco 1977). Com efeito, fora afastado, no PCP(R), por um comportamento que, no PCP, apenas lhe merecera uma suspensão temporária. Muitos anos depois, em entrevista a Miguel Cardina, Francisco Martins Rodrigues (2008) – um dos três “casos de reabilitação excepcional”, a quem fora permitido permanecer no PCP(R) como militante de base – recordava ter conhecido muitas dezenas de militantes do PCP que, submetidos a tortura na PIDE, tinham prestado declarações, sendo “muitos deles... posteriormente reintegrados no partido”.

Na referida carta ao Comité Executivo, JMB (1977) manifestava, contudo, “um grande respeito e muito amor pelo Partido”, depositando fundas esperanças no II Congresso. No início do outono de 1976, o PCP(R) encarregou-o de atrair para o seu campo o dramaturgo e encenador Augusto Boal, exilado em Portugal, muito conhecido pelo método estético que desenvolvera, do Teatro do Oprimido.¹⁶ JMB concebeu então um espetáculo, que contava também com Sérgio Godinho e Tino Flores. O projeto foi sofrendo sucessivos adiamentos devido ao facto de Tino Flores não conseguir obter “luz verde” do partido para se deslocar, por uns meses, do Porto para a capital. Em meados de janeiro, suspeitando de sabotagem por alguém nos escalões dirigentes, a nível central e/ou regional, JMB desistiu do projeto. Com o seu afastamento de militante ainda bem presente, queixava-se de lhe terem atirado “sal para cima de feridas tão profundas” (Branco 1977). A célula da cultura, reconhecendo a gravidade do sucedido, rejeitava qualquer responsabilidade (Ls 1977). Manuel Raposo (2023), que então pertencia ao Comité Executivo, admite ter existido falta de apoio – “o CC não chegava para todas as tarefas e muitas acabavam por ser deixadas para trás” –, mas considera errado falar-se em boicote. Lembra ainda que este episódio foi usado pelos setores das artes e das letras para acusar o CC de desinteresse pelas atividades artísticas. A própria carta de JMB (1977) elencava um conjunto de problemas organizativos a que o partido não conseguia dar resposta no Norte.

A criatividade e a capacidade de iniciativa de JMB voltaram a revelar-se em breve, desta vez com um projeto, muito ambicioso, de jogos florais

¹⁶ Perseguido no Brasil e na Argentina, Boal chegou a Lisboa em junho de 1976. Lecionou no Conservatório Nacional e foi encenador de A Barraca, colaborando com realizações da FAPIR. A precariedade da sua situação no país e o seu prestígio internacional levaram-no a seguir para França, em finais de 1978.

a nível nacional para comemorar o 25 de Abril no Porto. Acordado com o PCP(R) e apresentado como “uma iniciativa da FAPIR, aberto à participação de todos os antifascistas”, o Festival 25 de Abril “Reviver Lágrimas de Alegria” era organizado por uma comissão independente – dos seus 13 membros, só quatro pertenciam à FAPIR.¹⁷ Mas esta “primeira grande iniciativa unitária”, em que a FAPIR orgulhosamente se empenhava, viu-se rapidamente boicotada pelo PCP, argumentando que a associação era apoiante do Movimento de Unidade Popular, criado em torno de Otelio Saraiva de Carvalho. Tal atitude era expectável, pois era um objetivo implícito da FAPIR contrariar a forte implantação do PCP na esquerda cultural. Recorde-se que a primeira Festa do Avante ocorrera poucos meses antes. Outros apoios previstos para o festival, vindos de setores moderados, acabaram também por se malograr, tudo levando à demissão da comissão organizadora, em vésperas do evento. Do projeto concebido por JMB, apenas 5% foi realizado. Para além dos obstáculos externos, JMB acusou também estruturas do PCP(R) de boicote deliberado (Branco 1998).

As repercussões desta vez foram maiores. A FAPIR, tomada de desânimo, interrompeu a publicação do seu *Boletim* por um ano. O balanço da célula BJC, a que JMB pertencera, repartiu as responsabilidades do fracasso pelo CC, pelos militantes da cultura e pela comissão organizadora do evento.¹⁸ A preparação do II Congresso (ocorrido no final de março) e do grande comício de encerramento que se seguiu (17 de abril de 1977) impediram, segundo esse balanço, os órgãos dirigentes de tomar decisões e fazer planificação. O secretariado da célula, ficando à espera de orientações superiores, só tardiamente deu a diretiva de apoio total. Também diversos militantes da FAPIR não se haviam empenhado a fundo no festival, com destaque para a “atitude inteiramente passiva” do GAC, ao qual JMB já não pertencia. O próprio funcionário da FAPIR se tinha revelado negligente. O balanço da BJC salientava, por último, o plano muito ambicioso do festival e a vulnerabilidade da comissão organizadora, composta por “intelectuais, desligados das massas,” os quais, perante “os boicotes e os ataques dos revisionistas e fascistas, não se conseguiram aguentar”. E, num aparte, considerava-se que “precisava de nervo partidário” (*Projeto* 1977).¹⁹

17 *Boletim da FAPIR*, nº 1 (janeiro) a 3 (março), 1977.

18 *Projeto de resolução a discutir e aprovar em plenário da célula Bento de Jesus Caraça*, 3.05.1977. MARL.

19 Também um documento de preparação do II Congresso reconhece falhas de coordenação e planificação do CC “no caso das comemorações do 25 de Abril no Porto”. *Relatório de Atividade do CC ao II Congresso do PCP(R)* (1977). [Março]. CD25A. PCP (R). Estruturas. Comité Central.

O facto de o cantor não ser mais o ativo que fora para o PCP(R) pode também ter contribuído para o fraco empenho do partido na concretização de um projeto que nascera de uma iniciativa individual, fora das estruturas partidárias. Os dois projetos de JMB tinham, porém, uma unidade de propósitos inteiramente em sintonia com os do partido. Por um lado, afirmar perante as massas o campo político PCP(R)/UDP como um polo de realização cultural indispensável (“só nós somos capazes de fazer algo deste género”); por outro, dar “uma forte machadada nos revisas”; por último, mostrar aos camaradas do partido, “que desprezam a frente cultural, a importância decisiva dessa mesma frente” (Branco 1977). É ainda possível que JMB quisesse mostrar ao partido como este fora injusto na avaliação do seu processo de reabilitação, que ditara o seu afastamento. Paralelamente ao fracasso do “Reviver Lágrimas de Alegria”, que o mergulhou numa curta depressão, outros acontecimentos de natureza pessoal ensombraram a sua vida, ao longo de 1977, como a morte da sogra e o divórcio de Isabel Alves Costa. Quando, no verão desse ano, o Teatro da Comuna o convidou a juntar-se ao grupo, ele “já estava muito sozinho no Porto. Sem GAC, sem partido, sem nada” (Branco 1998). A 19-20 de novembro de 1977, no III Congresso da UDP, JMB fez um discurso advogando a existência de vários caminhos para a revolução. Não consegui encontrar rasto desta intervenção, que punha em causa o consenso em torno da via do 25 de Abril do Povo e, inevitavelmente, da própria Revolução Democrática e Popular. O que é certo é que o discurso desagradou bastante a alguns dirigentes.²⁰

Não fazendo parte do novo Conselho Nacional, JMB passou a dedicar-se ao trabalho profissional na Comuna e ao SNP da FAPIR. Neste último, acompanhou o nascimento e a evolução da revista *Resposta*, publicada entre maio e outubro de 1978. A revista foi um projeto acalentado pela célula BJC e posto em marcha pelo SNP da FAPIR, ficando o partido encarregado da sua impressão. O seu segundo número, por proposta de JMB, lançava os *Jogos Florais / Resposta 78*, com o mesmo tema e praticamente o mesmo regulamento do malogrado festival de 1977. Tal iniciativa nunca se chegou a concretizar porque, em outubro, a revista fechou portas. Nem a sua situação financeira, nem o estado anímico do seu núcleo duro eram auspiciosos. E a proibição, por parte do PCP(R), de um dos artigos previsto sair parece ter sido a gota de água que ditou o encerramento (Tavares 2019). Assim, em finais de 1978, JMB tinha já bastantes agravos contra o campo político que ajudara a criar, desde o afastamento, que considerava injusto, à negli-

²⁰ Mensagens trocadas via email, WhatsApp e em encontros presenciais com Ricardo Andrade entre 2023-2024.

gência ou boicote às duas iniciativas de 1977. A sua atividade na Comuna terminou abruptamente a 23 de janeiro de 1979, após uma reunião em que ele e outros cinco atores foram expulsos. De imediato fundaram o Teatro do Mundo. Este episódio terá sido o gatilho que o levou a dar uma forma mais acabada a uma canção em que tinha vindo a trabalhar e que acabou por ser o *FMI*.²¹

3. Ir para longe, não muito longe

JMB (1994) descreveu o *FMI* como uma catarse pessoal, escrita numa fase caótica da vida, onde a descrença e a sensação de que tudo se desmoronava se misturavam com a necessidade de sobreviver e se agarrar “ao sonho, à utopia”. Entendia também que essa canção constituía uma catarse para todas as pessoas que se tinham empenhado a fundo durante o PREC na prossecução da revolução e que, depois do 25 Novembro, vinham experienciando uma progressiva dissonância entre o futuro que haviam idealizado e a realidade presente, em que o sistema democrático multipartidário e o regime capitalista se normalizavam de forma irrevogável. No primeiro estudo académico sobre a extrema-esquerda, José Pacheco Pereira (1989, 104) viu no fracasso da segunda candidatura de Otelo, em finais de 1980, a certidão de óbito dessa esquerda.

Apesar de a canção enaltecer dois momentos míticos das lutas do seu campo político durante o PREC – a manifestação dos trabalhadores da Lisnave (12 de setembro de 1974) e a manifestação da Interempresas contra a NATO (7 de fevereiro de 1975), ambas de carácter antifascista e anti-imperialista e as duas ativamente combatidas pelo PCP – outras passagens condensavam a amargura pessoal dos dois anos anteriores a 1979. Como tal, foram mal recebidas por alguns antigos camaradas, como JMB (2017) recordaria mais tarde: “Os camaradas mais cerebrais não gostaram muito daquilo. O Francisco Martins Rodrigues não gostou nada que eu fizesse aquilo em público.” Quer o *FMI*, quer o álbum em que se integrava eram um ajuste de contas com a sua “experiência de 20 anos no campo tanto ideológico como político e cultural” (Branco 1982b). Esta passagem é particularmente esclarecedora:

Anda aqui um gajo cheio de boas intenções, a pregar aos peixinhos, /
a arriscar o pelo, e depois? / É só porrada e mal-viver, é? / “O menino

21 A 6 de fevereiro de 1979 aterrava na Portela, debaixo de um coro de protestos, uma delegação do FMI.

é malcriado”, “o menino é pequeno-burguês”, “o menino pertence a uma classe sem futuro histórico” [...] / Eu sou parvo ou quê? / Quero ser feliz, porra, / quero ser feliz agora, / que se foda o futuro, / que se foda o progresso [...] / Vá: mandem-me lavar as mãos antes de ir para a mesa, filhos da puta de progressistas do caralho da revolução que vos foda a todos! (Branco 2010 [1979])

Dois meses depois, em abril, o PCP(R) conhecia a sua primeira cisão, contestatária da linha oficial do 25 de Abril do Povo. Dessa cisão resultou o abandono de centenas de militantes do PCP(R), uma crise na UDP que se arrastaria por vários anos e a saída do semanário *Voz do Povo* do controlo partidário (Costa 2022, 70-71). Foi neste jornal que JMB (1979) publicou “O poder e a potência”, o primeiro texto no qual encontrou a sua voz política própria, totalmente diversa do texto para a brochura da UDP (Branco 1976a), em que tinha contraposto o 25 de Abril feito pelas classes dominantes com o que estava por fazer. Foi no contexto desta cisão que JMB subscreveu uma proposta ao Conselho Nacional da UDP, com 23 outros ativistas. Nela eram criticadas as práticas sectárias e cupulistas da direção e pedida, para efeitos do IV Congresso, a criação de uma Comissão Preparatória na qual estivessem “representadas as correntes mais significativas atualmente existentes na UDP”.²² Para além do deputado Acácio Barreiros, que abandonou a UDP em agosto seguinte, a proposta foi assinada por vários membros do Conselho Nacional, que se haviam demitido da Comissão Permanente. Quase todos eram militantes do PCP(R). O nome de JMB aparecia em sétimo lugar, na qualidade de “ex-membro do Conselho Nacional”. Com os militantes e simpatizantes do PCP(R) a boicotarem a compra do *Voz do Povo* (Fernandes 2012, 287), o jornal tratou de se abrir ao máximo de correntes da esquerda revolucionária. A criação de um Conselho Editorial foi um dos passos nesse sentido, e JMB foi um dos primeiros nomes a ser publicitado para integrar esse órgão.²³

Entretanto, o III Congresso do PCP(R), em finais de maio de 1979, operara um equilíbrio difícil entre as várias sensibilidades. Entre as resoluções aprovadas, contou-se a passagem do partido à legalidade (como exigiam os críticos), uma campanha agressiva de recrutamentos – a Promoção Stáline – e o alargamento da direção da UDP (Raposo 2023). Foi neste âmbito que JMB – que pertencia ao Conselho Editorial do semanário que, entretanto, a UDP passara a combater – foi convidado a integrar de novo o Conselho Nacional da UDP, no seu IV Congresso (18-20 de abril de 1980). A sua

²² Pelo IV Congresso da UDP. *Unir e lutar pela Unidade Popular* (1979). Abril. CD25A. Pasta UDP.

²³ “O Conselho Editorial do jornal da unidade”, *Voz do Povo*, 8.06.1979, p. 2.

aceitação do convite parece ter ficado a dever-se à sua percepção de que não era tempo para “divisionismos” (Esperança 2024). Recorde-se que, quatro meses antes, a Aliança Democrática formara o primeiro governo da direita após o 25 de Abril, provocando um forte sobressalto à esquerda. Exibindo um posicionamento independente, JMB permaneceu no Conselho Editorial da *Voz do Povo* até ao fecho do jornal, em 1981. A sua participação no Conselho Nacional parece, todavia, ter sido residual. Numa entrevista em agosto de 1981, dizia estar “filiado na UDP por exclusão de partes, não por acumulação de certezas” (Branco 1981b). Mas passados dois meses, o dirigente António Queirós²⁴ informava que JMB tinha entregado o seu pedido de demissão. No ano seguinte, JMB (1982a) reconhecia não existir “qualquer partido onde me possa incluir sem sentir que estou a trair qualquer coisa de essencial”.

Uma polémica amena nas páginas do jornal partidário *Em Marcha* mostrava, porém, que JMB continuava a ser visto como um cantor amigo do partido e empenhado na luta do povo (Guinot 1982; Serafim 1982). O que importa realçar é que a partir do *FMI*, JMB (1979) começou a rejeitar os modelos leninistas do partido e da revolução, a questionar a natureza revolucionária do 25 de Abril e do PREC e a pôr em causa a sua atuação enquanto militante político e cantor de intervenção. Cruciais nesta transformação estão, para além do desânimo geral que se abateu sobre a extrema-esquerda, a experiência de JMB como ator na Comuna e no Teatro do Mundo e a relação que iniciou com Manuela de Freitas. Nesses coletivos, JMB voltou a estar inserido numa dinâmica de grupo. É também possível que a composição das 13 canções para o espetáculo *A mãe*, de que resultou, em 1978, o primeiro fonograma a solo depois de *Margem de certa maneira* (1972), lhe tenha devolvido a confiança em si próprio.²⁵

O afastamento de JMB em relação à extrema-esquerda é coevo do afastamento generalizado de muitos militantes dessa multifacetada área. O Partido Revolucionário do Proletariado foi dissolvido em junho de 1980 e o Movimento de Esquerda Socialista autodissolveu-se no início do ano seguinte. Por seu turno, o MRPP realizou o seu II Congresso em 1980 para só realizar o terceiro vinte anos depois. Um antigo dirigente deste partido, José Lamego, explicava deste modo a rápida erosão das organizações M-L/maoístas por comparação com o PCP: “As pessoas do PC dificilmente

24 “Futurólogos enganam-se acerca da UDP”, *Em Marcha*, 4.10.1981, p. 4.

25 Esta hipótese assenta na comparação com o impacto que nele teve, anos mais tarde, o convite de Helder Costa para fazer as cantigas para a peça *Gulliver*. Este desafio ajudou-o a “dar a volta por cima”, a reacender nele a chama (Branco 1997).

fazem uma rutura radical como a nossa. Existe um complexo de culpa que permanece nos militantes comunistas que saem.” E continuava: “A nossa ideologia era menos aderente à realidade que a do PC, que tinha uma outra implantação, mais pesada” (Viana 2004). O afastamento definitivo de JMB do campo político do PCP(R) decorreu igualmente em paralelo com a primeira cisão desse partido (Costa 2022, 69-73), na qual ele acabou por se ver envolvido pelo seu apoio incontestado à *Voz do Povo* “fracionista”. Já então se estava a afastar da ideologia M-L e da narrativa dominante no PCP(R), segundo a qual a revolução prometida pelo 25 de Abril tinha falhado, pelo que era necessário completá-la. Para JMB, essa revolução não falhara porque era inviável desde o início. A propalada alternativa não passava do “sonho libertário genérico que existe desde Spartacus, ou desde a Comuna de Paris. Não havia alternativa” (Branco 1982a). O 25 de Abril fora uma crise revolucionária, um fenómeno de descompressão social ou simplesmente um golpe de estado para resolver o problema ultramarino das classes dominantes (Branco 2008).

Mas se o 25 de Abril não fora uma revolução, JMB continuaria a defender a necessidade de uma revolução para transformar a sociedade. Para tal, as pessoas teriam de começar por se transformar a si próprias. A reflexão iniciada com a leitura de *Escuta, Zé Ninguém*, de Wilhelm Reich, revelou-se fulcral. Este psiquiatra freudo-marxista foi um dos autores recuperados pela esquerda radical que começou a despontar nos anos 70 (Cardina e Soeiro 2013, 30). A leitura desta e de outras obras foi o resultado da sua entrada na Comuna e do progressivo contacto com Manuela de Freitas. Qualquer transformação séria, afirmava JMB (1980) agora, “não pode ser feita de fora para dentro, mas de dentro para fora”. Tanto o espetáculo *O guardião do rio*, como o *Ser solidário*, eram, “em certa medida, uma forma de dizer isto”. Quando questionado, um dia, se isso não implicaria que todos os homens e mulheres tivessem primeiro de se transformar a si próprios, respondia ser a revolução “um processo ao mesmo tempo individual e coletivo de transformação de consciências, comportamentos, relações sociais” (Branco 2008). Uma resposta que tornava claras as aporias da proposta reichiana. Em coerência com a sua nova visão, para trás ficava o cantor que tinha como público-alvo as massas trabalhadoras em luta. Definindo-se como “profundamente antipolarizante”, JMB defendia que o caminho para a revolução tinha de passar por aquilo que em cada pessoa existia de aspiração a uma vida melhor. Por isso, cantaria para toda a gente, sem perder de vista o “combate sem tréguas à injustiça e à opressão”, mas sem escamotear também que a luta não era por uma sociedade ainda pior do que aquela em que se vivia (Branco 1985). A recusa do modelo

socialista albanês – o único defendido pela área política em que militara e o qual ainda no verão de 1981 lhe merecera alguma simpatia (Branco 1981) – estava aqui já implícita.

A queda do Muro de Berlim e o colapso do chamado “socialismo real” podem ser vistos como a terceira crise do marxismo, que afetou particularmente todos os partidos reclamando-se do M-L (Cardina e Soeiro 2013, 43). Em Portugal isso é comprovado pela reconfiguração do PCP(R) que se desencadeou a partir daí (Costa 2022, ponto 3.2). Agora, JMB (1991) reconhecia que a corrente M-L – nascida da cisão chinesa – tinha cometido um erro muito grave ao “não aprofundar a crítica da experiência soviética. Essa crítica deixou de fora questões essenciais como a liberdade, a democracia, os crimes de Estaline...”. Semelhante falha levou à “reprodução fiel, no interior da corrente M-L portuguesa, dos métodos de atuação carreiristas, antidemocráticos e obreiristas do PCP”. Foi também no contexto iniciado com a *Perestroika* que JMB (1988) rejeitou explicitamente o modelo do partido leninista, disciplinado, autoproclamado vanguarda da classe operária, ao mesmo tempo que colocou o acento tónico no movimento de massas. As suas ideias e valores eram já completamente os da esquerda radical.

4. Conclusões

Sendo sobretudo conhecido como cantor de intervenção, JMB foi entre eles o que mais se envolveu na política partidária. Ao fazer um balanço sobre os antigos cantores de intervenção, Viriato Teles (1997) notava isso mesmo. Também no seu balanço necrológico, Hélder Costa (2019) recordava que o cantor “teve sempre uma curiosa inquietação e mal-estar por não ser militante político mais ativo”. O principal contributo deste artigo para a biografia de JMB consiste em resgatar da sombra esta sua faceta pouco conhecida. Respondamos então às questões levantadas na introdução. Uma consciencialização precoce das injustiças do mundo levou JMB ao ativismo católico e, pouco depois, à militância no PCP. Em Paris foi facilmente contagiado pela renovação que as ideias que chegavam de Pequim prometiam ao comunismo alinhado com Moscovo. Militou no primeiro agrupamento pró-chinês e, quando este se desagregou, o ativismo artístico substituiu inteiramente a atividade partidária.

O 25 de Abril fê-lo regressar a Portugal e mergulhar de novo na política ativa ao lado dos antigos dirigentes, presos em Peniche desde 1966. Desdobrando-se entre o ativismo político-cultural no GAC e as funções políticas na UDP, viveu intensamente o PREC. Tal como sucedeu no partido

em que militava, o 25 de Novembro foi por ele encarado como um pesado contratempo, mas não uma derrota. Entre 1961 e 1977, três noções foram suas companheiras. A da necessidade de uma revolução democrática profunda enquanto primeira etapa da construção de uma sociedade socialista. A da necessidade de um partido, enquanto vanguarda do proletariado, para guiar as massas à conquista do poder e à sua consolidação. A da superior natureza dos militantes comunistas relativamente ao comum dos mortais, capazes de sacrificar tudo – incluindo a própria vida – pelo partido e pela revolução.

O seu afastamento de militante em meados de 1976, motivado pela “questão do porte” na cadeia, abalou-o muito, mas as mágoas só começaram a avolumar-se no ano seguinte na sequência de dois projetos pessoais falhados, em que ele atribuiu responsabilidade ao PCP(R). Durante dois anos, colaborando nas margens do partido, fez a sua “travessia do deserto”. A partir de 1979 lançou-se à descoberta de um caminho que o levou a aproximar-se de muitas das posições conotadas com a esquerda radical. O corte definitivo com a UDP deu-se em 1981. Se dividirmos a vida política de JMB em duas fases – 1961 a 1979 e 1979 a 2009 –, veremos que as duas têm valores em comum, como a importância do envolvimento partidário – e não apenas artístico – na luta por um mundo mais justo e a crítica da sociedade capitalista. Separam-nas, todavia, fundas divergências sobre o que fazer e o como fazer política. Muitas conceções desta segunda fase foram construídas por reação às da primeira.

Algumas pistas para futuro. Um prolongamento deste estudo, até pelo menos 2009, revela-se fundamental para uma global compreensão da atividade de JMB na política. Outro aspeto a merecer indagação são as razões da oscilação nessa militância, entre períodos expansivos – “picos de entusiasmo”, como lhe chamou – e períodos de refluxo e de desânimo. Também importante averiguar é se existe alguma sintonia entre essas oscilações na atividade política e os altos e baixos da sua atividade de compositor. Mas a relevância do estudo do percurso político de JMB transcende a sua própria figura. Quando bem analisados, os maoístas, ou M-L, formam um objeto historiográfico que pode ser descrito como os “vencidos do 25 de Novembro”, embora também fosse apropriado concebê-los como um segmento entre os “vencidos do 25 de Abril”. Seja qual for a escolha, entre os vários “vencidos” desse biénio eles formam o grupo mais específico em termos geracionais e o de maior coesão ideológica. Tiveram de lidar com a progressiva dissonância que se gerou entre as crenças e valores iniciais e a institucionalização do sistema democrático e da economia de mercado livre em Portugal. A história destes “vencidos” está

por fazer.²⁶ Por isso, uma vez completo, o estudo do percurso político de JMB pode ser a primeira biografia de um maoista que deixou de o ser. Um caso que será mais bem compreendido à luz de um teclado de comparação.

Agradecimentos

O autor agradece a Ricardo Andrade, um dos curadores do Espólio de JMB, depositado na FCSH/UNL, e também investigador da vida e obra de JMB, pela sua incansável cooperação. Naturalmente, as lacunas, erros e opiniões aqui expressos apenas são da inteira responsabilidade do autor.

■ Referências

- Alexander, Robert J. (2001). *Maoism in the Developed World*. London: Praeger.
- Andrade, Ricardo; Branco, António; Castro, Hugo (2021). “Do lado da gente que vive de frente: José Mário Branco por terras de França”. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 8 (2), pp. 221-262.
- Batista, Pedro (2014-2015). *Memórias*, Vol. I (1948-1974), Vol. II (1974-2014). Porto: Afrontamento.
- Branco, J. M. (1974). Entrevista em *A Memória do Elefante*, Dezembro, pp. 2-4.
- Branco, J. M. (1975). Entrevista a *Flama*, 28.02.1975, pp. 52-57.
- Branco, J. M. (1976a). Entrevista a *Flama*, 2.01.1976, pp. 8-23.
- Branco, J. M. (1976b). “O 25 de Abril do povo ainda não triunfou”. *O que é a UDP?* <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/udp/02.htm>.
- Branco, J. M. (1977). “Carta ao PCP(R)”, 6.02.1977.
- Branco, J. M. (1979). “O poder e a potência”. *Voz do Povo*, 25.04.1979, p. 22.
- Branco, J. M. (1980). Entrevista ao *Se7e*, 26.11.1980, pp. 14-15.
- Branco, J. M. (1981). Entrevista a *O Ponto*, 13.08.1981, págs. centrais.
- Branco, J. M. (1982a). Entrevista ao *Jornal de Letras*, 13.04.1982, pp. 4-5.
- Branco, J. M. (1982b). Entrevista ao *Expresso-Revista*, 9.04.1982, p. 20-R.
- Branco, J. M. (1984 [1971]). Entrevista em Paris, RDP-Antena 1. Transparências.
- Branco, J. M. (1985). Entrevista ao *Expresso-Revista*, 4.05.1985, pp. 38R-39R.
- Branco, J. M. (1988). “Ser ou não ser do PC. Permanente combate próprio”. *Combate*, Novembro, p. 10.
- Branco, J. M. (1991). “UDP na CDU: a ‘surpresa’ esperada”. *Política Operária*, nº 21, pp. 4-5.
- Branco, J. M. (1994). Entrevista a *Grande Reportagem*, Julho, pp. 18-26.
- Branco, J. M. (1996). Entrevista ao *Expresso*, 10.02.1996, pp. 62-65.
- Branco, J. M. (1997). Entrevista ao *Jornal de Notícias*, 7.12.1997, p. 45.
- Branco, J. M. (1998). Entrevista ao *Blitz*, 21-04.1998, pp. 16-19.
- Branco, J. M. (1999). Entrevista ao *Diário de Notícias*. *DNA*, 17.04.1999, pp. 8-13.
- Branco, J. M. (2008). Entrevista ao *Tabu*, 25.04.2008, pp. 40-47.
- Branco, J. M. (2010 [1979]). Letra do *FMI* revista pelo autor. <https://arrastao.blogs.sapo.pt/1990431.html>.
- Branco, J. M. (2017). “Entrevista” para a Fondation Calouste Gulbenkian – Délégation en France. <https://www.youtube.com/watch?v=n8YC1-EtoLY>.
- Caeiro, Maria de Fátima Antunes (2012). *Influências francesas na música de intervenção portuguesa nos anos 70*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Dissertação de mestrado).

²⁶ Em termos memorialísticos, com exceção das 867 páginas publicadas pelo antigo dirigente da OCMLP (Batista 2014-2015), e do livro do jornalista José Manuel Fernandes (2012), existe muito pouco. No domínio académico há sobretudo a dissertação de mestrado de Costa (2022) e alguns trabalhos mais circunscritos.

- Cardina, Miguel (2010). *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Tese de doutoramento).
- Cardina, Miguel; Soeiro, José (2013). "A Esquerda Radical", in J. Rosas et al. (eds), *Ideologias políticas contemporâneas*. Coimbra: Almedina, pp. 25-57.
- Castro, José Hugo Pires (2019). *A cantiga só é arma quando a luta acompanhar! Canção e política na Revolução dos Cravos (1974-1976)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (Tese de doutoramento).
- Cordeiro, José Manuel Lopes (2017). "Extrema-esquerda", in A. Reis et al. (org), *Dicionário de história de Portugal: o 25 de Abril*. Vol. 4. Porto: Figueirinhas, pp. 9-18.
- Costa, Helder (2019). "O bom gigante", *Jornal de Letras*, 4.12.2019, pp. 11-12.
- Costa, Pedro Manuel Barreto da (2022). *A reconfiguração da esquerda revolucionária em Portugal: O caso do Partido Comunista Português (Reconstruído) (1974-1995)*. Lisboa: Iscte-IUL (Dissertação de mestrado).
- Esperança, Paulo (2024). Depoimento em 20.03.2024.
- Faria, Filipe (2024). Depoimento em 15.03.2024.
- Fernandes, José Manuel (2012). *Era uma vez... a revolução*. Lisboa: Alêtheia.
- Guinot, Vladimiro (1982). "Recordando... Ao José Mário Branco". *Em Marcha*, 30.06.1982, p. 9.
- Ls (1977). "A arte tem de servir a revolução". *Tribuna do Congresso*, nº 7, Fevereiro (?), p. 5.
- Lüthi, Lorenz M. (2008). *The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World*. Princeton: Princeton University Press.
- Madeira, João (2016). "La 'groupusculation' des 'marxistes-leninistes' portugais dans l'émigration politique en France". *Riveneuve Continents*, 22, pp. 124-143.
- Madeira, João (2020). "Em frente pela reconstrução do Partido!", in A. S. Ferreira, J. Madeira (eds), *As esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia. Percursos cruzados*. Lisboa: Colibri, pp. 41-56.
- Martins, Susana Mendes (2013). *Exilados portugueses em Argel: a FPLN das origens à rutura com Humberto Delgado (1960-1965)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (Tese de doutoramento).
- Moreira, António (2024). Entrevista em 27.02.2024.
- Pereira, José Pacheco (1989). "O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária", in M. B. Coelho (coord), *Portugal: o sistema político e constitucional. 1974-1987*. Lisboa: ICS, pp. 79-110.
- Pereira, José Pacheco (2008). *O "um dividiu-se em dois"*. Lisboa: Alêtheia.
- Pereira, José Pacheco (2013). *As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Raposo, Manuel (2023). Entrevista em 27.07.2023.
- Rezola, Maria Inácia (2017). "Crise de 25 de Novembro de 1975", in A. Reis et al. (org), *Dicionário de história de Portugal: o 25 de Abril*. Vol. 3. Porto: Figueirinhas, pp. 43-59.
- Rodrigues, Francisco Martins (2008). *Entrevista a Miguel Cardina*. <https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/2008/01/entrevista-cardina.htm>.
- Santos, Nuno Gomes dos; Letria, José Jorge (1971). "Maioridade na música com JMB". *Diário de Lisboa*, 29.11.1971, pp. 6-7.
- Serafim, Rui (1982). "Ao Vladimiro Guinot. Recordando JMB". *Em Marcha*, 29.09.1982, p. 9.
- Silva, Octávio Fonseca e (2000). *José Mário Branco – O canto da inquietação*. Lisboa: Mundo da Canção.
- Tavares, Luís (2019). Carta do diretor da *Resposta* no Arquivo Ephemera. <https://ephemerajpp.com/2019/08/03/resposta/>.
- Teles, Viriato (1997). "Que é dos cantores de intervenção?". *Expresso*, 25.04.1997.
- Viana, Clara (2004). "Ex-maoistas. Felizmente, não tomámos o poder". *Público*, 15.08.2004.



The Political Activism of José Mário Branco from 1961 to 1981

This article analyses the political activism of José Mário Branco in the period characterized by the ideas and *praxis* of Marxism-Leninism, as well as the beginning of his departure from this universe. This period begins with his recruitment by the PCP, from which he quickly moves to Maoist groups, and ends when he leaves the UDP. Between 1974 and 1976, his party activism converged and was paired with his revolutionary singer activity. His path clearly shows the ideals of Maoism exerted on those born in the 1940s and 1950s and how quickly these ideals eroded in the second half of the 1970s. However, in contrast to the majority, who turned away from political participation, José Mário Branco remained active in the field of political song and occasionally took part in party activities within radical left-wing formations.

Keywords: José Mário Branco, carnation revolution, Maoism, Portuguese Communist Party (Reconstructed)